

Entrevista a James N. Green

Rafael Bassi*

*No seu recente trabalho, denominado **Apesar de vocês: a oposição e a ditadura militar brasileira nos EUA**, publicado pela Cia. das Letras, o senhor esmiúça a relação dos Estados Unidos com o governo ditatorial no Brasil dos anos 60 a 80. Aponta não apenas a Casa Branca, mas também a imprensa e o próprio desconhecimento da sociedade americana sobre o Brasil como fatores de apoio ao golpe. Mas também demonstra o surgimento de movimentos ativistas tentando demonstrar os acontecimentos presentes na sociedade brasileira, na tentativa de mudar a percepção da sociedade americana em relação ao golpe. A partir disso, o senhor poderia expor brevemente a sua obra e a sua busca de fontes para o seu estudo?*

A idéia do livro saiu de uma conversa com um brasileiro que estava fazendo o doutorado nos Estados Unidos e comentou que os brasilianistas não tinham feito nada contra a ditadura durante os anos 60 e 70. Eu sabia que isso não era verdade, pois em 1973, eu, com 21 anos, tinha participado em várias atividades protestando contra o apoio do governo norte-americano à ditadura, inclusive um protesto frente a embaixada brasileira em Washington, no dia 7 de setembro. Conteí para ele as minhas experiências, e resolvi escrever um artigo sobre a visita do presidente Médici à Casa Branca em 1971, quando houve um ato público contra a tortura no Brasil organizado por Marcos Arruda, um exilado político, que tinha sido preso e torturado em São Paulo em 1970. Marcos logrou o apoio de setores das igrejas católica e protestante, acadêmicos, intelectuais e ativistas das esquerdas para unir-se neste evento. Refletia uma de muitas atividades organizadas por norte-americanos ao longo dos anos 60, 70 e 80 em solidariedade a resistência ao regime militar brasileiro nos Estados Unidos.

Pesquisei nos arquivos do Itamaraty sobre a visita de Médici ao Presidente Nixon, e não encontrei quase nada sobre o assunto. Porém, encontrei muita informação sobre a reação do regime às atividades nos Estados Unidos e resolvi expandir a ideia de um artigo para escrever um livro.

Como era um movimento amplo, democrático e descentralizado, tive que procurar fontes em diversas lugares, por exemplo, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde encontrei documentos sobre a expulsão de Brady Tyson em 1966, pastor metodista, que foi acusado de violar a Lei de Segurança Nacional e durante anos organizou atividades em Washington contra o regime militar. Pesquisei nos arquivos da Anistia Internacional para acompanhar as campanhas pela libertação de presos políticos, e entrevistei mais de 60 pessoas que tinham integrado às diversas atividades.

Também tentei contar uma história que mostrasse a colaboração e intera-

ção entre brasileiros e norte-americanos nestas campanhas transnacionais. Eles lograram modificar a imagem do Brasil no exterior e enfatizar como o regime usava tortura como forma de reprimir a oposição e criar medo entre a população brasileira.

Agora uma provocação, caso queira responder. É uma percepção que acredito válida: a sociedade brasileira, pós-ditadura, perdeu grande parte de sua vontade de participação política, seja em protestos, seja na produção cultural (com raras exceções, tais como o Impeachment do presidente Fernando Collor e as recentes manifestações contra o deputado Marco Feliciano nas redes sociais). O senhor, em sua opinião, vislumbra uma relação entre o afastamento – ou talvez aceitação? – da sociedade brasileira das questões políticas com o problema da corrupção que enfrentamos hoje em dia?

É óbvio que corrupção e o uso de cargos públicos para interesses pessoais desanimam o público sobre a cultura política nacional. O que me chama a atenção é como a sociedade brasileira se mantém organizada. Talvez não seja através de grandes mobilizações constantes, mas há uma crescente noção de democracia, cidadania e direitos. Neste sentido, o movimento LGBT talvez seja um dos exemplos mais interessantes. Se antes e durante a ditadura a sociedade brasileira tinha muitos preconceitos contra pessoas com comportamento, desejos, identidades de gênero distintas, o movimento LGBT conseguiu dialogar com a sociedade e forjar outras perspectivas e valores. Também mobiliza três milhões de pessoas em São Paulo e milhares de pessoas em mais de 250 outras atividades públicas em outras partes do país. A reivindicação é simples e única—pela ampliação de direitos democráticos para todo o mundo. Não existe cidadania se alguém sofre discriminação. Acho que isso representa mobilizações nas ruas e nas cabeças impressionantes, e é uma forma de participação política importante, mesmo não sendo diretamente ligada às urnas e eleições, porém também é relacionado à atuação política “tradicional.”

O senhor tem se dedicado aos estudos sobre o Brasil há vários anos, realizando um trabalho muito bem embasado e feito! E tem divulgado esse trabalho ao longo dos anos. Como o senhor vê a realização de projetos entre os brasilianistas e seus centros de estudo nos Estados Unidos e a participação de pesquisadores brasileiros? Quais as suas previsões sobre estas pesquisas? Quais as suas esperanças em relação a esta troca de pesquisas, a estes debates que podem ser feitos?

A nossa intenção—e aqui falo em nome de brasilianistas que estudam o Brasil—é de expandir uma colaboração não hierárquica e um intercâmbio igualitário entre acadêmicos norte-americanos e brasileiros. Nos anos 60 e 70, houve muitos recursos disponíveis, em parte por causa da Guerra Fria, para que os norte-americanos pudessem fazer pesquisas no Brasil e publicar livros sobre a história e cultura do país. Hoje em dia o governo brasileiro oferece mais recursos para este intercâmbio, e eu já recebi sete pessoas na Brown University com bolsas sanduíches o financiamento de CNPq ou CAPES. Há muito interesse entre jovens americanos de conhecer o

Brasil, e por isso existe uma expansão nos cursos de ensino de português; ou outros cursos universitários sobre a história, cultura e realidade brasileira nos Estados Unidos. Calculo que há 600 professores que ensinam algumas coisas sobre o Brasil nos Estados Unidos, um fenômeno refletido na fundação da Associação de Estudos Brasileiros (BRASA), cuja missão é fortalecer os estudos sobre Brasil nos Estados Unidos, e que vai realizar o seu XII Congresso o ano que vem.

Sobre intercâmbios e acordos para a pesquisa, há uma tendência de forjar cada vez mais convênios e colaborações entre universidades brasileiras e norte-americanas, baseados em interesses de pesquisa em comum, como, por exemplo, o acordo entre UFRGS e Brown University. As pesquisas são as mais variadas, desde estudos sobre a ditadura militar e a escravidão até estudos sobre a selva amazônica e o meio ambiente. Acho que as pesquisas mais interessantes são aquelas onde as pessoas dos dois países procuram uma troca de conhecimento que fortalece os dois parceiros.

Sobre rumos de novas pesquisas, acho que varia conforme a disciplina. No campo da história, vejo um desejo brasileiro de conhecer mais a história norte-americana. Do ponto de vista da produção acadêmica norte-americana, acho que existe muito campo para pesquisar mais o período de 1950 até o tempo presente. Por exemplo, tenho poucos colegas trabalhando em assuntos relacionados à ditadura ou aos anos 80.

Relacionando com a matemática de nossa revista nesta edição, o senhor poderia expor sua opinião sobre o espaço de atuação do historiador na sociedade — aquilo que denominamos de história pública?

Acho que muitos historiadores, tanto brasileiros quanto americanos, gostariam de ser “intelectuais públicos”, quando o seu conhecimento ou a sua pesquisa sobre um determinado assunto poderia entrar no debate público. Não é fácil nos Estados Unidos, pelo menos na minha área, fazer esta intervenção, porém acho importante. Infelizmente, muitos intelectuais — e acho que existe o mesmo problema no Brasil — conseguem promover as suas idéias para um setor reduzido da população, pois as colunas dos jornais, e mesmo os blogs são lidos por um público reduzido. A internet parece democratizar este espaço de participação pública mas há tanta informação circulando neste meio, que é difícil saber distinguir a qualidade do material divulgado. Infelizmente, e apesar de toda o nosso esforço para educar o público sobre a história e realidade brasileiras, estamos sempre na contracorrente da indiferença, de estereótipos e de uma enchente de informação de todos os lados sobre tudo. É um grande desafio para o historiador engajado.

*Graduado em História pela UFPR; Especialista em História Cultural pela UTP; Mestrando em História pela UFRGS.